

Territorios 16-17 / Bogotá 2007, pp. 225-248

Redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial:

estudo de caso a partir da análise da dinâmica territorial do desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil)

Valdir Roque Dallabrida
Víctor Ramiro Fernández

sección general

Palavras-chave:

Desenvolvimento territorial – território – região – densidade institucional – redes institucionais

Key-words:

Territorial development – territory – region – institutional density – institutional chains

¹ Numa primeira versão, este artigo foi apresentado no II Seminário Internacional Desenvolvimento Econômico Territorial e Emprego - Dete (Dallabrida; Fernández, 2005a).

territorios 16-17

226

RESUMO

Diferentes estudos têm buscado o entendimento das causas que levam algumas cidades, regiões ou territórios se desenvolverem, enquanto outros permanecem estagnados ou regridem. Parte-se do pressuposto que o desenvolvimento resulta do padrão de organização socioterritorial, este capaz de provocar inovações coletivas territoriais, resultado da densidade institucional, ou seja, da capacidade local de constituir relações em rede. A presente análise está centrada no município de Sarandi/RS/Brasil, que a partir da década de noventa tem empreendido uma trajetória de desenvolvimento incomum. De uma situação grave de crise socioeconômica nas décadas anteriores, seus atores sociais, econômicos e institucionais, em forma de rede, foram capazes de consensuar um conjunto de iniciativas, que resultaram na estruturação de um microcluster no setor de confecções, contando hoje com em torno de 50 empresas e as instituições de apoio minimamente necessárias.

Institutional chains of support to the territorial development: *study of case from the analysis of the territorial dynamics of the development of a spacial peripheric scope (Sarandi/RS/Brasil)*

ABSTRACT

Different studies has aimed the understanding of the causes that lead some cities, regions or territories to develop themselves, whereas others remain stagnant or get back. One starts from the presupposed that the development results from the standard of social territorial organization, this one capable to provoke collective territorial innovations, as a result of the institutional density, that is, from the local capacity to constitute relations in chain. The present analysis is centered in the municipality of Sarandi/RS/Brasil, that from the nineties has enterprised a trajectory of uncomum development. From a serious situation of social economical crisis in the previous decades, its social economical and institutional actors, in a way of chain, were capable to reason a collection of initiatives that resulted in the structure of a microcluster in the department of clothes industry, counting today around 50 companies and the institutions of support minimally necessities.

Redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial:

estudo de caso a partir da análise da dinâmica territorial do desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil)¹

VALDIR ROQUE DALLABRIDA, VÍCTOR RAMIRO FERNÁNDEZ

Introdução

A partir de um conjunto de interrogações focadas na busca do entendimento das causas que levam algumas cidades, regiões ou territórios se desenvolverem, enquanto outros permanecem estagnados ou regredem, em trabalho de tese recentemente apresentado, propôs-se atentar a dois objetivos. O primeiro deles foi fazer uma revisão das abordagens regionalistas do desenvolvimento, principalmente as que dão destaque à relação entre o padrão de organização socioterritorial, inovação e desenvolvimento, buscando possíveis respostas aos desafios da territorialização do desenvolvimento. O segundo, analisar em que medida, variáveis como a densidade institucional, as inovações coletivas territoriais e o desenvolvimento da cadeia de valor podem explicar as causas que têm atuado na implementação de trajetórias de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos, como o município de Sarandi/RS/Brasil, além de identificar suas principais fortalezas e debilidades.

Partiu-se do pressuposto que o desenvolvimento resulta do padrão de organização socioterritorial, este capaz de provocar inovações coletivas territoriais, resultado da densidade institucional. Assim, centrou-se a análise no município citado, que a partir da década de noventa tem empreendido uma trajetória de desenvolvimento incomum. De uma situação grave de crise socioeconômica, nas décadas anteriores, seus atores sociais, econômicos e institucionais, em forma de rede, foram capazes de consensuar um conjunto de iniciativas

socioeconômicas, que resultaram na estruturação de um microcluster² no setor de confecções, contando hoje com aproximadamente 50 empresas e as instituições de apoio minimamente necessárias. Trata-se, então, de uma pequena aglomeração de empresas, no entanto, apresentando as características próprias da clusterização.

Para a análise, foi necessário associar aos dados e informações pesquisadas junto às empresas do setor, a realização de várias entrevistas com atores sociais, econômicos e institucionais, reuniões, visitas de observação e reconhecimento da realidade socioeconômica local. A escolha desta realidade empírica sustenta-se no entendimento de que o estudo de pequenos agrupamentos empresariais e institucionais, além de permitir a identificação de diagnósticos precisos de determinadas atividades produtivas, oportuniza a superação do enfoque tradicional centrado na análise estatística de setores industriais, o qual somente permite identificar problemas gerais e soluções genéricas.

A principal conclusão que a análise da realidade empírica permite, é que a retomada socioeconômica, frente a um período de crise, resultou da capacidade dos atores locais organizarem-se em torno das instituições existentes, ou pela ativação e criação de outras, demonstrando um qualificado padrão de organização socioterritorial, resultando na busca coletiva de soluções criativas para enfrentar os desafios que se apresentaram, nos diferentes momentos históricos, estabelecendo redes inter-empresariais e entre empresas e instituições.

² Consultando a literatura sobre a abordagem de clusters, parece importante uma contribuição de Ramis (1999:72), da Universidade de Barcelona, que introduz o conceito de microcluster. Refere-se, segundo o autor, a “um grupo de empresas e de atividades relacionadas (indústrias e/ou serviços) em um âmbito geográfico determinado, e não necessariamente demasiado extenso”. Assim, utiliza-se aqui o conceito de microcluster para referir-se às pequenas aglomerações empresariais de um determinado âmbito territorial, em geral, constituídas por micro e pequenas empresas, nas quais seja possível observar a presença de uma significativa densidade institucional, representada pela existência de fortes interrelações interempresariais, interinstitucionais e empresariais-institucionais, ou seja, um assíduo intercâmbio entre empresas e instituições. A proximidade e os diferentes vínculos formais e informais ali estabelecidos facilitam a constituição de relações em rede, alianças e associações, transformando-se no diferencial inovador de determinados sistemas produtivos territoriais.

³ Ver adiante, posição pessoal sobre o uso preferencial do conceito desenvolvimento territorial.

Mesmo considerando os grandes desafios interpostos pelo processo de globalização, o que reduz as possibilidades de avanços, tais condições são consideradas fundamentais para implementar um padrão de desenvolvimento que contemple a melhoria da qualidade de vida, a redução da dependência externa e a qualificação dos sistemas produtivos territoriais, sendo que tais compromissos não são necessariamente assumidos pela lógica do mercado, exigindo a intervenção direta e participativa da sociedade de um determinado território.

Este artigo, inicialmente, incorpora parte das reflexões teóricas destacadas no trabalho de tese referido, avançando em alguns aspectos, centrando seu foco no papel da constituição de redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial,³ a partir da análise da dinâmica territorial do desenvolvimento de um âmbito espacial periférico, o Município de Sarandi, situado no interior do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

1. Uma base teórica mínima, situando o tema

Para situar o tema do papel da constituição de redes institucionais no apoio ao desenvolvimento territorial, permitindo a construção de entornos favoráveis ao desenvolvimento territorial, entende-se, inicialmente, ser necessário referir-se à dinâmica territorial do desenvolvimento.

1.1 A dinâmica territorial do desenvolvimento e seus desafios

A referência à dinâmica territorial do desenvolvimento diz respeito às diferentes formas dos atores sociais, econômicos e institucionais locais-regionais, organizarem-se para atuarem no processo de ordenamento/reordenamento do território, na linguagem do geógrafo, ou na linguagem do economista, atuarem no processo de desenvolvimento local-regional. Esta dinâmica constitui-se na opção dos atores locais-regionais para efetivarem a gestão do processo de desenvolvimento localizado (Dallabrida, 2005).

Inicialmente, para o aprofundamento desta temática, entende-se ser necessário explicitar o sentido do conceito de território, tomando como referência o enfoque geográfico. Território é uma palavra que deriva do latim *territorium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação (Corrêa, 1994). O território é, então, o espaço territorializado, apropriado. É lugar de relações, relações sociedade-natureza e homens-homens. Em função disso, é espaço de ação e de poder. De forma muito semelhante, Santos e Silveira (2001), definem território como uma extensão do espaço apropriada e usada, ou, no sentido mais restrito, o nome político para o espaço de um país ou região.

Resultante do conceito de território, territorialização é o processo de apropriação do espaço, seja através de uma ação do

setor público ou privado. A ocupação ou apropriação do espaço provoca diferentes formas de desterritorialização (Andrade, 1994), podendo esta ser entendida como o processo de desapropriação do(s) territorializado(s). Um exemplo é a desapropriação de agricultores próximos a um rio, quando da construção de uma barragem. Outro exemplo: a modernização da agricultura, pela mecanização, e atualmente pela seletividade das propriedades e dos produtores, provoca o êxodo de agricultores. Nos dois exemplos, produz-se a figura do sem-terra. No setor urbano, a ocupação das áreas favelizadas, pelo subemprego ou o desemprego, resulta de formas concretas de desterritorialização, provocadas pela sua situação financeira que o impede de morar ou continuar morando nas áreas centrais da cidade. Já a reterritorialização, pode ser concebida como o processo de assentamento dos desterritorializados, dando-lhe novamente o sentido de apropriar-se de algo que perderam ou nunca tiveram, e que é indispensável para sua sobrevivência, no caso dos sem-terra, a terra, no caso dos sem-teto, uma habitação. As diferentes formas de desterritorialização são provocadas por forças externas, estranhas ao desejo do desterritorializado, com o que a reterritorialização, assume uma dimensão de reconquista. O processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, é parte constitutiva do processo de produção do espaço, logo do processo de desenvolvimento.

A apropriação do espaço, ou seja, a territorialização dá-se num processo de produção

do espaço, com o que o território é transformado por redes, fluxos e infra-estruturas que aí se instalam (Santos e Silveira, 2001). Sem a ação ativa dos atores sociais, políticos, econômicos e institucionais, pela constituição de redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial estas, tendencialmente, tendem a contemplarem prioritariamente a lógica das empresas globais. Assim sendo, passam a serem instrumentais e vinculadas à dinâmica padronizadora da economia de mercado, tornando-se desterritorializantes.

O território é hoje usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, cujas características definem um meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994), um novo meio geográfico. Tanto sua constituição como o seu uso, exige parcelas volumosas de informação. Mas são os produtores e os possuidores das informações que decidem seus usos. Esses atores –o Estado e as empresas–, transformam as informações em formas revolucionárias de controle do território, a partir de novos sistemas técnicos. São sistemas e empresas de informação disponíveis ao Estado e às firmas, que criam formas de ocupação territorial seletiva, conforme salientam Santos e Silveira (2001: 99-100).

Todos esses novos instrumentos de trabalho colonizam o território de forma seletiva, de tal modo que os pedaços de maior densidade técnica acabam por oferecer mais possibilidades do que os menos dotados desses recursos de conhecimento. Essa crescente instrumentalização do território agrava as disparidades entre quem pode conhe-

cer o território e quem é menos favorecido para fazê-lo. Por isso e paralelamente criam-se áreas mais informadas e menos informadas.

Assim, o território sofre com isso um processo de ocupação seletiva, constituindo as desigualdades regionais. No entanto, no processo de apropriação do espaço, ou sua territorialização, criam-se novas formas de territorialidades que, dialeticamente, provocam novas formas de desterritorialidades e dá origem a novas territorialidades (Andrade, 1994). Estas, à medida que oportunizam a sociedade assumir um papel fundamental no processo de territorialização, criam a possibilidade do território tornar-se sujeito do processo de desenvolvimento, potencializando a capacidade de auto-organização regional, implementando uma dinâmica territorial do desenvolvimento mais autônoma, não privatizante, menos desigual e segundo a lógica da sociedade. Mas nem todas as regiões conseguirão tal avanço, pois algumas reagem passivamente não conseguindo desenvolver seu modelo próprio e específico de desenvolvimento, enquanto outras agem ativamente e o conseguem. Neste processo, reafirma-se novamente, é fundamental o papel das redes institucionais.

1.2 A possibilidade de se pensar num novo paradigma da organização territorial para o desenvolvimento

A partir dos anos oitenta e noventa, surge um maior interesse sobre as questões terri-

toriais. Muitos autores têm se referido ao tema, a ponto de Lopes (2001:103), falar em novo paradigma da organização territorial. Segundo o autor, a principal linha de ruptura com as abordagens anteriores é o fato de

deixarem de enfatizar o papel das hierarquias espaciais e das vantagens comparativas de localização das regiões, para se centrarem na compreensão das dinâmicas endógenas dos territórios, e particularmente, na especificidade dos seus modos de organização da produção [...]. A relação das empresas com o território deixa de ser vista como um mero processo de localização e a organização espacial como um simples processo de afetação territorial de recursos, para dar lugar a uma abordagem que enfatiza as dinâmicas organizacionais das empresas e do território na criação de recursos, bem como as interações entre as empresas e destas com os demais atores institucionais do desenvolvimento, das quais decorrem as sinergias que corporificam as economias externas vitais para a competitividade das empresas.

Para esta abordagem, centrada na dinâmica endógena dos territórios, ou, como se prefere afirmar neste trabalho, na dinâmica territorial do desenvolvimento, contribuíram trabalhos de origem muito diversa, podendo ser destacados os seguintes: (1) estudos centrados na problemática da organização industrial; (2) estudos centrados na crise do fordismo; (3) estudos centrados nos meios inovadores e, (4) estudos centrados nos distritos industriais. Em síntese, as abordagens contemporâneas do desenvolvimento, segundo Lopes (2001:103), consideram a re-

gião ou território, não mais apenas como suporte passivo de recursos, mas

geradoras de novos recursos através de complexas formas organizacionais de gênese local propiciadoras de múltiplas interações entre os atores locais, bem como entre estes e outros atores situados em outros pontos. Somos então remetidos para o meio e para as redes, formais e informais, que emergem do território e o estruturam. Em alguns casos, tais redes conferem-lhe a condição de meio inovador, isto é, um espaço socioterritorial onde ocorrem dinâmicas de aprendizagem coletiva geradoras de respostas inovadoras às alterações nas condições de enquadramento da atividade econômica local.

Quanto ao enfoque do meio inovador, o conceito corresponde a um conjunto de relações territorializadas e ligadas ao seu exterior. As inovações passam a ser vistas como uma criação do meio, ou seja, do seu território, que ao integrar saberes, normas e valores locais, o que constitui seu capital relacional, constroem uma matriz de desenvolvimento que produz competências distintivas próprias, ou dito de outro modo, locais. Assim, dar ao meio um papel essencial é fazer do território a fonte de desenvolvimento (Aydalot, 1985).

O território passa a tornar-se o meio inovador, na medida em que expressa “o conjunto de suas habilidades coletivas oriundas dessas práticas e sua mobilização nos procedimentos mais ou menos informais que fazem avançar as problemáticas econômicas propriamente regionais, bem como suas soluções. Ele se manifesta por meio

da cultura que assim se constitui” (Benko, 1999, p. 80). Expressa-se, principalmente, por formas de organização cooperado/participativas e pela sua maior capacidade de mobilização e inovação local.⁴

Apesar de tudo, então, o território continua sendo uma parte atuante. Paralelamente à solidariedade organizacional, que se constitui no instrumento de produção de uma racionalidade que não interessa à maior parte das empresas nem à população, emerge a solidariedade orgânica, resultante de uma interdependência entre ações e atores que emana da sua existência no lugar. É em função dessa solidariedade orgânica que algumas regiões conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino promissor (Santos e Silveira, 2001).

São regiões/territórios onde, a partir de redes institucionais, o lugar produz informações sobre seu meio, contribuindo para criar uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. Além disto, tal lugar assume uma postura inovadora, entendendo aqui a inovação, conforme Méndez (2002), como a capacidade socioterritorial de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas que se apresentam historicamente no processo de produção do espaço.

“Sem dúvida, haverá sempre o risco de uma ação tornada funcional para a ordem global”. No entanto, à medida que o lugar cria informações sobre si, “descobrem-se, acima dos conflitos, interesses comuns que podem conduzir a uma consciência política,

⁴ *A influência da inovação na geração de trajetórias qualificadas de desenvolvimento, tanto empresarial, como territorial, não será aprofundada neste artigo. O tema é abordado em Dallabrida e Fernández (2005b).*

⁵ Outra abordagem que cabe destacar é a que introduz o conceito de *embeddedness* (Granovetter, 1985), referindo-se à noção de que os indivíduos são envolvidos em uma extensa rede de relacionamentos interpessoais. Uma das traduções deste conceito para o português é *enlace social*. Neste artigo, optamos por não aprofundar as noções propostas por este conceito.

⁶ Atualmente esta obra conta com várias edições publicadas. A referência aqui é de Putnam (2000).

na base de uma densidade comunicacional dinâmica e transformadora” (Santos e Silveira, 2001:81). Criam-se, assim, possibilidades concretas de construção de novas territorialidades, com um certo grau de autonomia local. Esta perspectiva da territorialidade deveria ser o horizonte buscado pelos grupos sociais de uma determinada região, ou território, ao serem desafiados à ordenação/(re)ordenação do territorial, transformando-se no processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade.

A autonomia constitui a base do desenvolvimento, o que implica num processo de ampliação das liberdades. Esta concepção de desenvolvimento relacionada à idéia de liberdade é reforçada por Sen (2000), ao afirmar que o desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. Segundo tal autor, isso implica em superar os grandes males que ofuscam a opulência sem precedentes do mundo em que vivemos: a pobreza extrema, a fome coletiva, a subnutrição, a destituição e a marginalização sociais, a opressão e a insegurança econômica, política e social. A existência desses males, segundo o autor, diagnostica as diferentes variedades de privação de liberdade ainda existentes mundialmente, conseqüentemente, a inexistência de desenvolvimento nestes lugares, regiões, territórios ou países.

1.3 Base conceitual em que se sustenta a ação institucional nos processos de desenvolvimento territorial

Sem a pretensão de esgotar a temática, pretende-se, sinteticamente, revisar três enfoques teóricos que reforçam a importância da ação institucional nos processos de desenvolvimento territorial. Trata-se dos enfoques sobre capital social, capital sinérgico e densidade institucional.⁵ Sua abordagem aqui é feita a partir de uma sintética exploração dos conceitos.

1.3.1 *Capital Social*

Apesar de sua longínqua origem, o conceito de capital social, popularizou-se no Brasil, após a publicação do livro Putnam *Comunidade e Democracia sobre os governos regionais na Itália*.⁶

O capital social, afirma Bandeira (2000), é outra forma de capital, diferente das que já são conhecidas pela teoria econômica, como o capital físico e o capital humano. O capital físico é aquele formado por máquinas, por equipamentos, por matérias primas e por recursos financeiros, por exemplo. O capital humano, por sua vez, é constituído pelos conhecimentos incorporados nas pessoas. Já o capital social é constituído por um conjunto de elementos que fazem parte da estrutura social e da cultura, como, por exemplo, as normas de reciprocidade, os padrões de associativismo, os hábitos de confiança entre as pessoas, as redes que ligam segmentos variados da comunidade.

Uma revisão da literatura especializada permite elaborar uma síntese das principais definições, de acordo com suas fontes, focadas na ação coletiva e nos resultados. Assim, (1) segundo Coleman (1990), o capital social refere-se aos aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura; (2) segundo Bourdieu (1985), se refere às redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais; (3) segundo Putnam (2000), refere-se aos aspectos das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que permitem a ação e a cooperação para benefício mútuo; (4) segundo Fukuyama (1995), refere-se aos recursos morais, confiança e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais. Coleman (1990), ao definir capital social como o componente de capital humano que permite aos membros de uma sociedade dada, confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos e associações, admite que, da mesma forma que outros tipos de capital, o capital social é produtivo. Um grupo cujos membros confiam amplamente uns nos outros, estará habilitado a conseguir muito mais, em comparação a um grupo onde não existe a confiabilidade nem a cooperação. O capital social aumenta na medida em que é utilizado e diminui pelo desuso, uma característica de quase todas as formas de capital intangível. Sem maiores aprofundamentos teóricos, vê-se, então, que a presença de uma maior densidade de capital social, numa determinada formação socioespacial,⁷ é fundamen-

tal para a constituição de relações em rede, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento territorial.

1.3.2 Capital Sinérgico

A definição do termo capital sinérgico é fundamental para ampliar o sentido do conceito de capital social. Boisier (1998) afirma que, apesar do modismo atual a cerca do conceito de capital social, moda que tem penetrado até no discurso do Banco Mundial, o conceito de capital sinérgico, é muitíssimo mais amplo e ambicioso que a idéia original proposta pelo conceito.

Assumir o conceito de capital sinérgico, implica na aceitação da concepção teórica em que se admite que o desenvolvimento possui uma dimensão intangível, subjetiva e valorativa. Trata-se, de admitir a natureza intangível dos fatores causais do desenvolvimento, que Boisier (1998) denomina de capitais intangíveis, tais sejam: capital cognitivo, cultural, simbólico, social, cívico, institucional, psicossocial, humano e mediático.

Capital sinérgico deriva da idéia expressa no conceito de sinergia. O uso deste é mais comum na Biologia ou Anatomia, para referir-se ao esforço simultâneo de vários órgãos ou músculos na realização de uma função, derivando da expressão grega synergieia. Mas aqui o sentido de sinergia, quer ser outro, ou seja, como definido por Sommer (apud Boisier, 2003): um sistema de interações entre dois ou mais atores ou centros de ação. Ou ainda, como sinergia cognitiva: “a capacidade coletiva para realizar ações em comum sobre a base de

⁷ Santos (1986:198) define formação socioespacial como “uma determinada sociedade com suas especificidades e particularidades”, chamando a atenção de não estar se referindo à Sociedade como um todo.

⁸ Entendida como o conjunto completo de atividades, organizáveis em forma de etapas, que são requeridas para que um produto ou serviço seja concebido, produzido, entregue, consumido e, finalmente, eliminado ou reciclado (Fernández, 2004).

uma mesma interpretação da realidade e de suas possibilidades de mudança” (Boisier, 2003:28).

Boisier tem definido o conceito de capital sinérgico em vários de seus escritos, um dos quais é aqui destacado (2001:37):

(...) a capacidade, real ou latente, de toda a comunidade, para articular de forma democrática as formas de capital intangível que se encontram na comunidade, dando-lhes uma direcionalidade consensuada. Isto resulta num desenvolvimento endógeno como uma propriedade emergente de um sistema territorial altamente sinergizado. Um projeto político de desenvolvimento regional é a fórmula para fazer operar o capital sinérgico, ao dar densidade e direcionalidade à articulação de capitais intangíveis”

Em síntese, poder-se-ia entender o capital sinérgico como a capacidade presente de forma potencial ou real em toda a sociedade organizada territorialmente, que, pela sua ativação, é capaz de promover ações conjuntas dirigidas a fins coletivos, como por exemplo, o desenvolvimento territorial, através de consensos mínimos definidos democraticamente (Dallabrida, 2006). Como toda a forma de capital, sua reprodução ou ampliação pode ser feita mediante fluxos de energia ou estímulos externos. É indiscutível a importância do entendimento do sentido expresso neste conceito, na potencialização de processos de desenvolvimento territorial.

1.3.3 Densidade Institucional

Amin e Thrift (1995), ao ressaltar a função da intensificação das interdependências mercantis e não-mercantis que se desenvolvem no território (especialmente estas últimas), introduzem o conceito de densidade institucional, para referir-se à presença no território de uma significativa quantidade de instituições (entendidas como atores públicos e privados) e intensas e qualificadas formas de cooperação intra e interinstitucionais, geradas localmente.

Fernández (2004), em recente artigo, inclui a densidade institucional regional, como um dos componentes de um triângulo de conceitos formados, além desta, pela inovação coletiva territorial e as cadeias de valor,⁸ relevantes para formular uma nova estratégia de investigação (e desenvolvimento) regional, superadora das críticas formuladas à especialização flexível e aos distritos industriais, a partir da primeira metade da década de 90. Assim, a densidade institucional de um determinado território implica na existência e desenvolvimento coordenado de dois elementos fundamentais: (1) por um lado, uma sólida presença institucional (formal) no território, representada por representações governamentais (Ex. SEBRAE, SENAI, associações empresariais, instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento, escolas técnicas, centros de serviços, instituições tecnológicas e universidades e, por outro lado); (2) o desenvolvimento de formas de cooperação, a partir da consolidação, entre todo este complexo de atores, de uma consciência de pertença

mútua a uma dinâmica territorial e ao desenvolvimento de um padrão de coalizão representativo dos interesses locais.

As ações de cooperação resultantes da presença de uma boa densidade institucional contribuem para diferentes objetivos, tais como, por exemplo, a capacitação dos atores empresariais e institucionais, o desenvolvimento ou aquisição de novas tecnologias, a difusão de novas formas de produção ou comercialização, o compartilhamento de padrões de qualidade mínimos na produção local, ou o desenvolvimento de ações conjuntas para a comercialização de produtos, dentro ou fora do âmbito local. Logo, o componente densidade institucional é definidor para a presença, a continuidade e expansão de todas as formas de cooperação, transformando-se num insumo fundamental na explicação das diferentes trajetórias de desenvolvimento territorial. A cooperação territorial, em todas as suas formas, atua, por sua vez, como fundamento de geração e solidificação de redes e o desenvolvimento de governança territorial, portanto, do corpo de aprendizagens e inovações coletivas que ocorrem no território (Fernández, 2004).

Inúmeros estudos de caso, relatados na vasta literatura que aborda a questão do desenvolvimento territorial, tem levado muitos autores a reconhecer como principal obstáculo para a ação cooperativa, a falta de instituições sólidas e interação entre atores e instituições, reconhecendo com isso ser a densidade institucional fundamental para a evolução das aglomerações industriais

regionais, bem como ao desenvolvimento territorial.

Veja-se que é possível fazer uma relação da importância da ação institucional no desenvolvimento territorial, a partir do sentido atribuído, respectivamente, aos conceitos de capital social, capital sinérgico e densidade institucional. No seu conjunto, contemplam, de forma adequada, as dimensões imateriais do desenvolvimento.

1.4 Sobre o conceito de desenvolvimento territorial e instituições

Assume-se aqui o uso preferencial do conceito desenvolvimento territorial, substituindo outros usos, tais como, desenvolvimento regional, desenvolvimento local e regional, desenvolvimento econômico local, desenvolvimento local, desenvolvimento localizado, ou outros. Nossa posição tem relação com a base de formação pessoal, mais precisamente, a Geografia e a Política. Autores como S. Boisier e R. Méndez, só para citar alguns, já têm feito esta opção há mais tempo.

Não se desconhece a diferença conceitual entre local e regional. No entanto, considerando o conceito aqui assumido de território –“uma fração do espaço historicamente construída através das interações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito, apropriada a partir de relações de poder, sustentadas em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de

territorios 16-17

235

grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos” (Dallabrida, 2005:147)–, parece mais adequado, sob o ponto de vista teórico, o uso da expressão desenvolvimento territorial. Primeiro, porque a noção de território pode referir-se a âmbitos espaciais de abrangência tanto local como regional. Segundo, pelo fato de que o conceito de território assumido tem uma correlação muito mais próxima com o enfoque de desenvolvimento aqui destacado.

Entende-se que entre os fatores causais do desenvolvimento, a dimensão possível de ser expressa pelos indicadores econômicos refere-se à dimensão tangível, enquanto a dimensão intangível refere-se à capacidade coletiva para realizar ações de interesse social. Assim, o desenvolvimento territorial pode ser entendido como um estágio do processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população (Dallabrida, 2005; Dallabrida, 2006).

Sobre a questão das instituições, a perspectiva institucional desenvolvida, dentre outras, pelas distintas correntes da economia (como a Teoria da Regulação, a Nova Economia Institucional, o Neo-institucionalismo, a Economia das Convenções, etc), tem outorgado um papel central destas no desenvolvimento econômico dos territórios. Das diferentes definições de instituição, uma delas tem sido utilizada com mais frequência. Trata-se da abordagem de North (1995): instituições, como o con-

junto de regras formais (direito escrito, direito tácito, regulamentações) e informais (convenções, normas de comportamento e códigos de conduta auto-impostos) que estruturam as sociedades humanas.

Esta definição, no entanto, não é aceita genericamente. Para evitar conflitos teóricos, opta-se aqui por utilizar o conceito de sistema institucional territorial, de Boscherini e Poma (2000), o qual segundo ponto de vista dos autores, incorpora de forma adequada a dimensão territorial na análise institucional. Tais autores introduzem o conceito de atmosfera institucional, para referir-se à interação entre os distintos agentes/atores territoriais (empresas, universidades, centros de investigação, associações/câmaras de comércio e/ou indústria, etc.), cada um cumprindo papel específico, contribuindo, assim, para a melhora da capacidade para interpretar a nova complexidade dinâmica da sociedade contemporânea.

Estes enfoques teóricos em torno do papel das instituições e a vinculação destas com o território, constituem um marco explicativo importante para a análise das interações institucionais e o seu impacto no desenvolvimento territorial. Na realidade sócio-econômica, analisada quando da elaboração da tese de doutorado, é possível falar na existência de um sistema institucional territorial, em torno do processo de constituição do microcluster de confecções que se formou em Sarandi (RS) na década de 80 e 90.

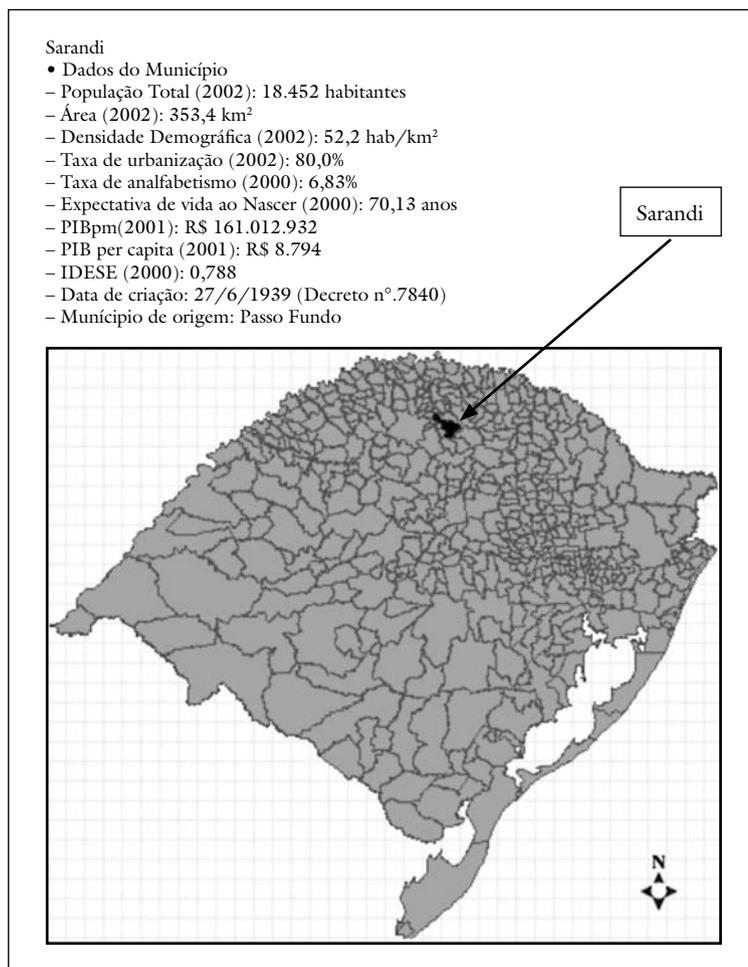
2. Caracterização do âmbito espacial em análise

Conforme é possível observar no mapa (Figura 1), o município de Sarandi está localizado no centro-norte do Estado do Rio

Grande do Sul/Brasil. Teve sua origem pelo desmembramento do município de Passo Fundo, pertencendo à Região da Produção, pela regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES.⁹ Pelos dados é possível observar que se trata de

⁹ Outros dados informativos podem ser observados no mapa adiante. Os COREDES, são instituições criadas em 1994 no Estado do Rio Grande do Sul, que têm como função articular, em cada uma das 24 regiões do Estado, a definição das estratégias regionais de desenvolvimento, servindo como entidade representativa junto às esferas governamentais.

FIGURA 1
LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SARANDI



Fonte: FEE, 2005

REDES INSTITUCIONAIS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

territórios 16-17

237

¹⁰ Por exemplo, a construção do Parque de Exposições contou com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal e dos próprios empresários, que se cotizaram para tal.

um município de pequeno porte, situado distante dos grandes centros urbanos estaduais e nacionais, e mesmo dos centros urbanos regionais do interior do Estado do Rio Grande do Sul, tais como, Caxias do Sul, Santa Maria, Ijuí e Passo Fundo. Assim, pela situação geográfica, e sem qualquer outra conotação depreciativa, é que se faz referência a um âmbito espacial periférico.

2.1 Caracterização socioeconômica de Sarandi

No início dos anos 80, o município de Sarandi passou por uma crise sócio-econômica, que oportunizou um intenso processo de reflexão. O fechamento de um grande frigorífico, a crise do setor agrícola e a conjuntura econômica desfavorável, além da redução da área territorial em função da formação de novos municípios, apresentaram o desafio da necessidade de busca de alternativas que propiciassem maiores oportunidades para o desenvolvimento. Uma das alternativas definidas na época foi a industrialização. As primeiras indústrias foram sendo instaladas e com o sucesso visível das pioneiras, outras vieram, especialmente no setor de confecções, calçados e acessórios.

Neste contexto, foram sendo instaladas localmente indústrias de confecções, pequenas e com pouca tecnologia, dando os primeiros passos para a formação de um parque industrial que contava na época da realização do estudo (ano de 20005) com em torno de 50 empresas. Para incentivar

e propiciar o avanço dessas iniciativas foram instalados um berçário industrial e o parque industrial. Além disto, investimentos em espaço próprio para a realização de feiras de exposição e comercialização, têm contribuído para projetar Sarandi no âmbito estadual e nacional, melhorando a infraestrutura local.¹⁰

A partir da década de 80, a Associação Comercial e Industrial-ACI, hoje, Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agrogócios-ACISAR, desencadeou um processo de valorização e divulgação do setor de confecções, especialmente, com a realização da Feira da Indústria do Vestuário -INDUVESA, mais tarde transformada em Feira Industrial de Sarandi-FEISA, com o intuito de divulgar seus produtos além das fronteiras do município.

Uma das metas a que se propuseram as indústrias do município para competir com o mercado concorrente foi produzir com qualidade. Assim, Sarandi descobriu no setor industrial uma das suas principais vocações econômicas, avançando no setor secundário com um diversificado parque industrial, mesmo em se tratando de uma pequena aglomeração industrial.

2.2 Caracterização do setor de confecções de Sarandi e algumas análises

Até o início da década de 80, as principais atividades econômicas do município de Sarandi eram a pecuária (suinocultura) e a extração de águas alcalinas, potencializadas

territórios 16-17

238

VALDIR ROQUE DALLABRIDA, VÍCTOR RAMIRO FERNÁNDEZ

pela existência de um frigorífico de médio porte e uma indústria extrativa (águas). Até então o município não tinha nenhuma expressão industrial. A crise da agricultura e pecuária da década de 80 resultou no fechamento temporário do frigorífico, por duas ocasiões. Este período foi marcado por uma estagnação da economia local.

Esta situação de crise, principalmente o fechamento do frigorífico, foi o motivo principal para o início de um processo local de reflexão, liderado inicialmente pelo Conselho de Diretores Lojistas-CDL e depois pela ACISAR. Difundiu-se então a idéia de que era necessário buscar outras alternativas, principalmente no setor industrial. Entendia-se que a busca de alternativas dependia dos atores locais.

Uma das primeiras iniciativas da ACISAR foi reunir artesãos e proprietários de pequenas fábricas de fundo de quintal e incentivá-los a empreender, ampliando suas atividades. Viagens para outros municípios foram feitas, buscando conhecer experiências exitosas, como, por exemplo, o case de Toledo (PR). Destas ações, sempre lideradas pela ACISAR, resultaram, já no começo, iniciativas no setor de confecções, depois se expandindo para o setor moveleiro, metalúrgico e calçados. Além da ACISAR, a Administração Pública Municipal, contribuiu de diversas formas no apoio ao empresariado local. Complementarmente, o SEBRAE e SENAI atuaram no incentivo ao empreendedorismo e na assessoria empresarial local.

Um dos setores industriais que mais evoluiu foi o setor de confecções. Dentre as iniciativas que contribuíram para o apoio

ao setor merecem destaque: (1) a criação da Escola de Costura, para contribuir na preparação da mão-de-obra; (2) a realização de seminários e palestras motivacionais, e (3) a organização de feiras. A ampliação da atividade e aperfeiçoamento tecnológico de algumas empresas gerou um processo imitativo dos demais, até mesmo com o intuito de acompanhar o crescimento destas ou como tentativa de superação. Além disto, dentro da ACISAR, criou-se o Departamento da Indústria de Confecções, dando maior expressão ao setor na Associação.

O conjunto de instituições acima referidas tiveram um papel de destaque neste processo de retomada do desenvolvimento. Além das já mencionadas (ACISAR, SEBRAE, SENAI, Poder Público Municipal), juntaram-se a Universidade de Passo Fundo -UPF e a Escola de Costura. Os vários elementos destacados anteriormente quando da conceitualização de capital social, capital sinérgico e densidade institucional, no seu conjunto, explicam as condições existentes em Sarandi, as quais facilitaram a constituição de uma atmosfera institucional e a resultante constituição de relações em rede, contribuindo decisivamente para a qualificada trajetória de desenvolvimento territorial lá observada a partir de então.

Pelas entrevistas percebeu-se que desde o início era comum a troca de informações dos empresários do setor, seja nas reuniões na ACISAR, ou mesmo informalmente na vida social local, tanto na orientação do uso correto de máquinas e equipamentos, como em questões mercadológicas, havendo uma boa integração. Este tipo de socialização de

conhecimentos (aprendizagem coletiva) foi mais acentuado no início, atualmente tendo diminuído sua intensidade.

Gerou-se uma atmosfera institucional positiva, com a presença de um alto grau de empreendedorismo. Tornou-se comum a procura da ACISAR ou SEBRAE por parte de pequenos investidores, informando-se sobre possíveis alternativas de investimento. Estes foram sendo orientados para etapas do setor industrial de confecções, não abrangidos pelos empresários pioneiros. Algumas empresas que iniciaram não tiveram sucesso. No entanto, estas foram em menor número, se consideradas as empresas que aos poucos foram ampliando suas atividades, até atingir atualmente capacidade de exportação.

Com o crescimento do setor de confecções, o mercado local e regional começou a ficar saturado, impondo-se então a necessidade de colocar em prática outras estratégias de comercialização. Novamente com o apoio da ACISAR, inicialmente foi proposta uma feira de final de semana denominada INDUVESA. Antes disto foram realizadas iniciativas como a realização de jantãs, com desfiles e apresentação ao público da produção local. Como uma estratégia de marketing, os diferentes atores locais apoiados pela imprensa, começaram a projetar o município como um pólo regional da indústria de confecções, mesmo que atualmente os atores locais reconheçam que, no início, o setor estava aquém da imagem que era vendida externamente. Mas até esta estratégia foi importante: desafiava o setor a crescer ainda mais para atender a expectativa ge-

rada. Trata-se de um imaginário construído localmente entre os diferentes atores, só possível de ser feito a partir de intensas interrelações, resultantes do entorno favorável, devida à presença de um capital social, historicamente constituído.

Assim, passaram a se realizar duas feiras por ano: a FEISA (Feira da Indústria de Sarandi), abrangendo todos os setores da economia local, e a INDUVESA atingindo somente o setor de confecções. Como resultante desse processo, divulgou-se a imagem da marca Sarandi, passando a ser referência. Conforme salientaram atores empresariais e públicos entrevistados, o estágio atual de crescimento econômico contribui para a constante procura por parte de novos investidores que pretendem instalar-se em Sarandi, permitindo até selecionar os investimentos mais adequados à realidade local. Mesmo que alguns municípios próximos tenham adotado estratégias de atração de empresas, o dinamismo socioeconômico local favoreceu a permanência da quase totalidade das empresas em Sarandi.

Destacam-se ainda estratégias coletivas do setor de confecções, em forma de redes empresariais, buscando novos canais de comercialização. A primeira iniciativa foi a reunião de algumas empresas construindo o chamado Shopping das Fábricas, inicialmente por iniciativa própria. Posteriormente um empresário passou a construir uma estrutura comercial maior, onde hoje estão abrigadas lojas da maioria das fábricas locais do setor de confecções. Hoje, existem dois Shoppings de Fábricas. No entanto, algumas empresas que aos poucos atingiram um

porte maior, hoje dispõe de loja própria, ou junto à fábrica, ou no centro da cidade. Tais pontos de venda constituem-se hoje num negócio imobiliário, pois além de lojas de fábricas locais, abrigam lojas de fábricas de outras regiões, transformando Sarandi num ponto de compra para lojistas, sacoleiros e consumidores em geral. Outra iniciativa coletiva é a organização de uma Cooperativa de Costura, agregando costureiras que prestam serviços domiciliares às indústrias locais. Mais recentemente, a organização de um Consórcio de Exportação também merece destaque.

Atualmente o setor de confecções em Sarandi atinge a produção desde meias, material esportivo, malhas, calças, camisas, camisetas, moletons, abrigos, linha cama e mesa, vestuário para bebês, moda íntima masculina e feminina, destacando-se neste setor uma sofisticada indústria de roupas íntimas em seda, com detalhes artesanais. São produzidos também localmente alguns insumos industriais, como, por exemplo, o elástico usado nas confecções. Dados da RAIS/2002 (MTE, 2005) apontam um número de 48 empresas, empregando 382 empregados. No entanto, considerando o fato de tratar-se de micro e pequenas empresas, o número de empresas e empregados deve ultrapassar estes números. Além disto, parte da produção industrial de confecções é produzida no sistema de terceirização, com destaque para uma cooperativa de costura que segundo estimativas de empresários entrevistados emprega entre 200 a 300 pessoas, dependendo da época. O processo de terceirização conta também com

o uso de mão de obra informal, variando durante o ano, dependendo da oscilação local da produção, não aparecendo nas estatísticas oficiais. Estas informações atestam o importante papel exercido pelo setor de confecções na ampliação das oportunidades de trabalho local, seja pela constituição de micro e pequenas empresas, ou pela geração de um mercado de trabalho local, formal ou informal. Além disto, no processo de dinamização do setor de confecções, pela geração de uma atmosfera institucional/empresarial inovadora, outros setores evoluíram, indiretamente contribuindo para a ampliação da oferta de mercado de trabalho em geral.

Pela análise da tabela 1, sobre a evolução do número de empresas e empregos no setor industrial de Sarandi, no período de 1990 à 2002, esta situação é possível de ser observada. Se analisados os dados estatísticos sobre o setor empresarial em geral, percebe-se um crescimento constante, tanto do número de empresas como de empregados, o que demonstra o dinamismo econômico do município analisado.

Mesmo não sendo a que apresenta oficialmente um maior número de empregos, considerando as duas variáveis, número de empregados e empresas, o destaque deve-se à indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos. Este setor é o que apresenta uma evolução contínua e crescente no período, tanto no número de empresas, como de empregados. Em 1990, o setor contava com 13 empresas, crescendo para 26 em 1995, 37 em 2000 e 48 em 2002. Percentualmente, o crescimento no período do

¹¹ Ver nota n. 2.

¹² Estudos empíricos comprovam a presença de um maior estoque de capital social no Estado do Rio Grande do Sul, comparativamente com a maioria dos estados brasileiros. Dentro do Rio Grande do Sul, a região da Serra e Norte, onde situa-se Sarandi, segundo tais estudos, concentram maior estoque, comparativamente às demais regiões do Estado. Mesmo assim, entende-se que o caso mereceria um estudo específico.

número de empresas é muito significativo (Ver Tabela I).

Assim, os dados demonstram que o município de Sarandi conta com uma aglomeração de empresas do setor de confecções que apresenta características de articulação inter-empresarial e interinstitucional, próprias do fenômeno da clusterização, semelhante às aglomerações de maior porte. No entanto, parece ser inadequado que se classificasse esta aglomeração de empresas com o clássico conceito de cluster. Conforme referência feita anteriormente,¹¹ então, por se tratar de uma pequena aglomeração de empresas, estas interrelacionadas empresarial e interinstitucionalmente, é possível referir-se à aglomeração de empresas do setor de confecções do município de Sarandi, como um microcluster.

A priori, estas, dentre outras razões, justificam o fato de ter-se escolhido o município de Sarandi como experiência empírica para análise, focando-se o microcluster de

confecções, especialmente pelo seu reconhecido papel dinamizador dos demais empreendimentos.

3. A interação institucional na construção de uma trajetória qualificada de desenvolvimento territorial

A pesquisa comprovou que a liderança do processo de retomada do dinamismo socioeconômico em Sarandi, deve-se à trama de interrelações desenvolvidas no processo de constituição do microcluster do setor de confecções, conforme foi possível observar nas entrevistas e nas informações obtidas. Esta trama de interrelações, entende-se, devem-se à presença local das condições atribuídas as situações territoriais que apresentam um alto estoque de capital social e capital sinérgico.¹²

TABELA I
EMPRESAS POR GÊNERO E FUNCIONÁRIOS DO SETOR INDUSTRIAL DE SARANDI -
EVOLUÇÃO DE 1990 À 2000

TIPO DE INDÚSTRIA	1990		1995		2000		2002	
Indústria Extrativa Mineral	nd	nd	1	1	1	0	2	3
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	5	19	3	13	4	17	3	14
Indústria Mecânica	1	1	nd	nd	1	2	1	1
Indústria Química, Farmacêutica, Veterinária, Perfumaria, Sabão	nd	nd	nd	nd	1	1	nd	Nd

Indústria de Material Elétrico e de Comunicação	nd	nd	nd	nd	1	3	1	2
Indústria de Material de Transporte	nd	nd	nd	nd	nd	Nd	1	0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3	18	2	19	1	12	1	9
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	4	21	4	26	6	25	5	24
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares Diversos	3	62	3	15	6	52	8	79
Indústria Metalúrgica	9	20	8	15	11	26	10	48
Indústria de Calçados	2	228	3	948	1	551	2	714
Indústria de Produtos Alimentares, Bebidas, Álcool Etilico	9	191	7	98	17	638	14	568
Indústria da Madeira e do Mobiliado	18	50	9	49	17	67	17	107
Indústria da Construção Civil	24	22	32	86	49	91	50	123
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	13	98	26	154	37	341	48	382
TOTAIS	92	730	98	1424	154	1826	163	2074

Fonte: MTE, 2005

LEGENDA: NE-Número de empresas

NF- Número de funcionários

Nd- Dado não disponível

Só para exemplificar, tomando o período de 2001 a 2004, como referência, segundo pesquisa realizada em 20 empresas, 75% dos empresários pesquisados disseram ter contratado funcionários que fizeram curso na Escola de Costura; 55% dos empresários disseram ter participado, sejam eles próprios ou funcionários seus, de cursos oferecidos pela Universidade de Passo Fundo-UPE. Quanto às atividades de assessoria empresarial oferecidas pelo SEBRAE ao setor de confecções, dos empresários entrevistados, 55% disseram ter utilizado destes serviços, ao menos uma vez por ano. Já a utilização das atividades de assessoria técnica ofereci-

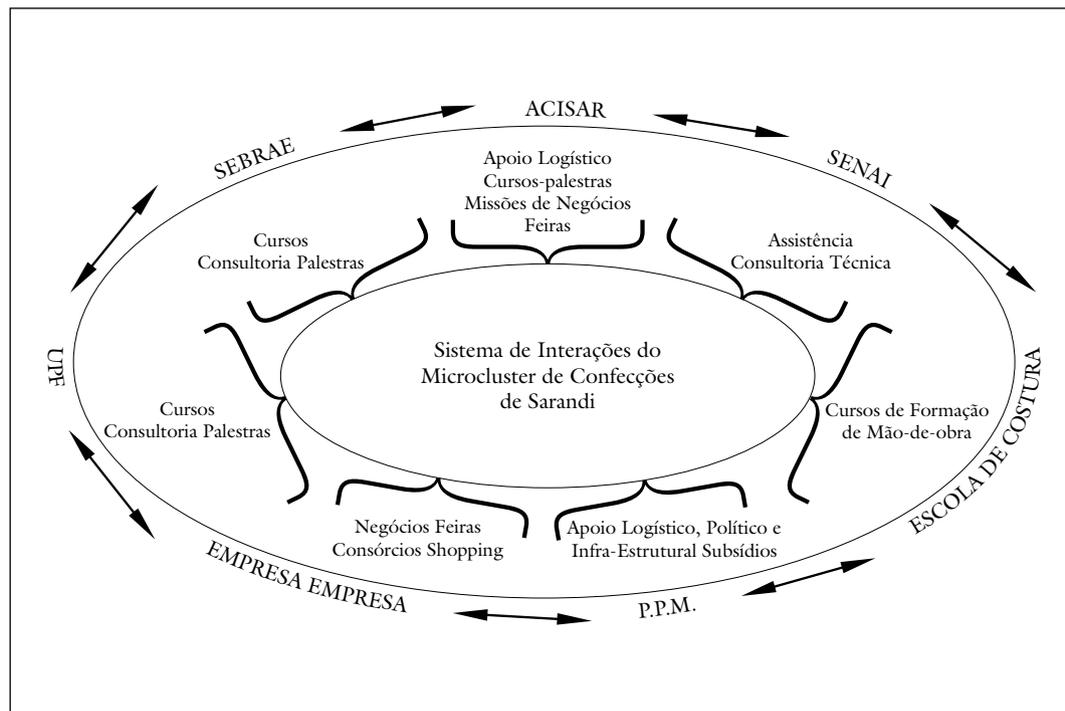
da pelo SENAI, foi menos freqüente, comparativamente com as demais instituições (25% das empresas utilizaram ao menos uma vez por ano). Quanto ao apoio formal recebido do Poder Público Municipal pelas empresas, 28% das empresas que disseram ter recebido algum tipo de apoio formal. Se considerado o apoio logístico e financeiro na construção da infra-estrutura para a realização de feiras, este passa a ser fundamental para o conjunto das empresas, pois o Poder Público Municipal fez grandes investimentos, mesmo que em parceria com as empresas do setor.

REDES INSTITUCIONAIS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

territorios 16-17

243

FIGURA 2
REPRESENTAÇÃO DO MICROCLUSTER DO SETOR DE CONFECÇÕES DE SARANDI



Fonte: Elaboração própria.

Os dados da pesquisa mostram que as interações empresas-instituição foram mais intensas com a ACISAR. Uma das informações coletadas, que revela isto, é o fato de que 55% dos empresários entrevistados disseram ter participado em média uma vez por semana de reuniões na ACISAR, no período de 2000 a 2004. Em relação às interações empresas-instituições, também, são importantes as realizadas informalmente, e que não são quantificadas nos dados da pesquisa. Além disto, se considerada a par-

ticipação de empresários e/ou funcionários das empresas do setor em atividades como cursos ou palestras promovidas pela ACISAR, a interação entre o setor empresarial e esta instituição passa a ter um destaque especial. É necessário registrar que dentre o conjunto de instituições locais que tiveram algum tipo de apoio ao setor de confeções, faltaria mencionar os Clubes de Serviços (ROTARY e LYONS). Estes, em vários momentos, emprestaram seu apoio. No entanto, considerando que estes clubes são formados

territorios 16-17

244

VALDIR ROQUE DALLABRIDA, VÍCTOR RAMIRO FERNÁNDEZ

em grande parte pelo conjunto de atores sociais, econômicos e institucionais locais, já considerados nas demais interrelações, optou-se por não incluí-los na análise.

A síntese realizada na Figura 2, demonstra o conjunto de interrelações desenvolvidas em Sarandi, as quais, apesar de terem uma relação direta com o setor de confecções, foram fundamentais para a dinamização da economia em geral, contribuindo para o desenvolvimento territorial. Estão representadas as principais instituições atuantes em Sarandi, com suas funções específicas, no que se refere ao apoio no setor de confecções. Além do destaque já feito ao papel da ACISAR, no caso de Sarandi, é fundamental ressaltar o papel exercido pelo SEBRAE, seja através do apoio à realização de cursos e palestras, no trabalho de assessoria empresarial e ainda subsidiando as empresas na participação em feiras ou missões empresariais nacionais e internacionais.

4 Considerações finais

A escolha do setor de confecções de Sarandi, para análise como um estudo de caso exitoso de desenvolvimento territorial, deve-se ao fato de que em torno da sua estruturação e evolução, protagonizou-se um sistema de relações inter-empresariais, interinstitucionais e empresariais-institucionais exemplar, com reflexos na economia como um todo. Importante: se a análise fosse centrada apenas nos indicadores econômicos, a partir dos dados estatísticos existentes, se chegaria a conclusões parciais, como o fato

de que o setor de confecções não é o que diretamente mais contribui para a formação do PIB local. No entanto, não ficam dúvidas para afirmar: o sistema de interrelações protagonizadas pela estruturação do setor de confecções foi um fator determinante na dinâmica territorial de desenvolvimento de Sarandi. As instituições locais, como atores relevantes na rede de relações, tais como, a ACISAR, o SEBRAE, a Escola de Costura, a UPE, além do Poder Público Municipal, desempenharam um papel decisivo.

Apesar disto, na realidade de Sarandi, são identificados vários desafios. Um deles vincula-se à necessidade de modificar situações, como o exagerado localismo das redes. Mesmo que mereça destaque a densidade institucional local, com o indispensável papel das instituições para responder à situação inicial de crise e o dinamismo socioeconômico posterior, uma efetiva capacidade para a inserção externa qualificada, apresenta-se como o maior desafio atual. É o desafio de conciliar adequadamente as respostas institucionais endógenas e a necessária interação com instituições e atores de outras escalas (regionais, nacionais e internacionais).

Veja-se que do total produzido localmente, apenas em torno de 4% da produção destina-se à exportação. Parece fundamental que as empresas locais estabeleçam relações de parceria com empresas do setor, de outras regiões, seja dentro do Estado, nacionalmente e até no nível internacional. Estas relações precisam contemplar, por exemplo, parcerias para o fornecimento de insumos por melhores preços, parcerias voltadas à

contratação de etapas ou atividades específicas do processo de produção, além de outras que atinjam o setor de comercialização, como a constituição de consórcios de exportação, ou ações coletivas para a participação em feiras nacionais e internacionais. Isto, pois, a lógica de cooperação intra-territorial não é suficiente para superar os limites da territorialização do desenvolvimento.

Entende que uma condição para que experiências exitosas de desenvolvimento territorial que ocorrem nos âmbitos espaciais periféricos possam continuar evoluindo, precisam contar com um forte apoio estatal. Isto se faz necessário para que as mesmas possam explorar as vantagens decorrentes da existência de redes institucionais locais de apoio ao desenvolvimento, com o fim de inserir-se qualificadamente nos processos multi-escalares da dinâmica global, atendendo ao desafio de avançar em mercados nacionais e, sobretudo, internacionais. Neste avanço necessário, individualmente, as empresas correm sérios riscos. Tais riscos são reduzidos se tais iniciativas forem tomadas coletivamente. Neste sentido, como indicativo, é possível afirmar que o SEBRAE, no Brasil, desempenha um papel fundamental, como uma das estruturas estatais de apoio ao setor empresarial, principalmente às micro e pequenas empresas. O associativismo empresarial, associado ao apoio estatal, podem aumentar as difíceis condições das iniciativas empresariais localizadas, inserir-se nos exigentes mercados mundiais.

Apesar de tudo, uma conclusão central que o estudo de Sarandi permite em relação ao

desenvolvimento dos territórios periféricos, é que a existência de uma trama de interrelações empresariais e institucionais operada em torno da constituição do microcluster de confecções, apresenta-se como o principal fator que explica uma trajetória de desenvolvimento territorial qualificada, no período analisado. As interações empresariais e institucionais observadas, constituindo redes institucionais, aparecem associadas a um maior dinamismo empresarial, com conseqüências positivas no desenvolvimento territorial, resultando numa trajetória de desenvolvimento de sucesso para Sarandi.

Referências bibliográficas

- Amin, A.; Thrift, N., 1995, “Globalization, institutional thickness and the local economy”, In: Halley, P. et al. *Managing the cities the new urban context*, John Wiley Chichester, London, Inglaterra.
- Andrade, Manoel Corrêa, 1994, “Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local”, In: Santos, M.; Souza, M. A. A.; Silveira, M. L., *Território, globalização e fragmentação*, p. 213-220, Hucitec, São Paulo, Brasil.
- Aydalot, Philippe, 1996, *Milieux Innovateurs en Europe*, GREMI, Paris, França.
- Bandeira, Pedro S., 2000, “Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional”. In: Becker, Dini- zar F.; Bandeira, Pedro S., *Desenvolvimento Local/Regional – Determinantes e Desafios Contemporâneos*, vol. 1, p.

territorios 16-17

246

VALDIR ROQUE DALLABRIDA, VÍCTOR RAMIRO FERNÁNDEZ

- 23-128, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, Brasil.
- Benko, G., 1999, Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI, Hucitec, São Paulo, Brasil.
- Boisier, Sergio, 2001, “Creación de capital sinérgico en el Maule”. In: Durston, John; Miranda, Francisca (Compiladores). Capital social y políticas públicas en Chile: investigaciones recientes, Volume I, p. 33-38, CEPAL/ECLAC, Santiago, Chile.
- Boisier, Sergio, 1998, El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico, ILPES, Santiago, Chile.
- Boisier, Sergio, 2003, “Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica?”, In: Redes, v. 8, n. 1, jan/abr, p. 9-42, Edunisc, Santa Cruz do Sul, Brasil.
- Boscherini, Fabio y Poma, Lucio, 2000, “Más allá de los distritos industriales: el nuevo concepto de territorio en el marco de la economía global”, En: Boscherini, Fabio y Poma, Lucio (comp.), Territorio, conocimiento y competitividad de las empresas. El rol de las instituciones en el espacio global, p. 23-38, Miño y Dávila, Buenos Aires, Argentina.
- Bourdieu, P., 1985, “The forms of capital”, In: Richardson, J. G. (Comp.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, Greenwood, Nueva York, EEUU.
- Corrêa, Roberto Lobato, 1994, “Território e corporação: um exemplo”, In: Santos, M; Souza, M. A. A.; Silveira, M. L, Território, globalização e fragmentação, p. 251-256, Hucitec, São Paulo, Brasil.
- Dallabrida, Valdir Roque, 2005, A dinâmica territorial do desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico, Tese de Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil.
- Dallabrida, Valdir Roque, 2006, “A dimensão intangível do desenvolvimento: Algumas Reflexões Preliminares”, In: Baquero, Marcello; Cremonese, Dejalma Cremonese (Orgs.), Capital social: teoria e prática, Ed. UNIJUÍ, Ijuí, Brasil, p. 159-186.
- Dallabrida, Valdir Roque; Fernández, Víctor Ramiro, 2005a, “Redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial: estudo de caso a partir da análise da dinâmica territorial do desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil)”, In: Documento Base - II Seminário internacional desenvolvimento econômico territorial e emprego-dete, Coord. Patrício Vergara, Fortaleza, 10 e 11 de outubro de 2005, p. 329-350.
- Dallabrida, Valdir Roque; Fernández, Víctor Ramiro, 2005b “Inovação, território e desenvolvimento”, In: Carvalho, J. R.; Hermanns, K., Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil, Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza, p. 239-264.
- Fernández, Víctor Ramiro, 2004, “Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: Un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s”, In: Redes, v. 9, n° 1, jan./abr,

- p. 7-36, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, Brasil.
- Fukuyama, Francis, 1992, *The End of History and the Last Man*, Hamilton, London, Inglaterra.
- Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2005, *Resumo estatístico RS – Municípios*. FEE, Porto Alegre, Brasil (Disponível em http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Sarandi – pesquisado em 27-08-2005).
- Granovetter, M., 1985, “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”, *American Journal of Sociology*, 91:481-510.
- Lopes, Raul, 2001, *Competitividade, Inovação e Territórios*, Celta, Oeiras, Portugal.
- Méndez, Ricardo, 2002, “Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes”, In: *Revista EURE*, v. 28, n. 84, p. 63-83, Santiago, Chile.
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, 2005, *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*, MTE, Brasília/DF, Brasil (Disponível em: <http://www.rais.gov.br/>).
- North, D., 1995, “The New Institutional Economics and Third World Development”, In: Harriss, J.; Hunter, J. and Lewis, C. (Eds.), *The New Institutional Economics and Third World Development*, p. 17-26, Routledge, London, Inglaterra.
- Putnam, Robert D., 2000, *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, 2.ed., FGV, Rio de Janeiro, Brasil.
- Ramis, Luis, 1999, “Clusters em la Unión Europea”, In: Elgue, Mario César (Comp.), *Globalización, desarrollo local y Redes Asociativas*, p. 63-84, Ed. Corregidor, Buenos Aires, Argentina.
- Santos, Milton, 1986, *Por uma Geografia Nova – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Nova*, 3 ed., Hucitec, São Paulo, Brasil.
- Santos, Milton, 1994, *Técnica, Espaço e Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional*, Hucitec, São Paulo, Brasil.
- Santos, Milton; Silveira, M. L., 2001, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Record, Rio de Janeiro, Brasil.
- Sen, Amartya K., 2000, *Desenvolvimento como liberdade*, Companhia das Letras, São Paulo, Brasil.

territorios 16-17

248

VALDIR ROQUE DALLABRIDA, VÍCTOR RAMIRO FERNÁNDEZ